

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: 21 - Movimentos sociais rurais e Estado: conflitos territoriais e lutas por direitos e reconhecimento

O MST E A LUTA PELA TERRA: COMO/ONDE ESTÃO AS MULHERES?

Iolanda Araujo Ferreira dos Santos¹, Everton Lazzaretti Picolotto²

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, na sociedade patriarcal, as mulheres ocupam um lugar subordinado em relação aos homens. Em estudos sobre a família na agricultura familiar e no campesinato, a realidade social da família é por vezes entendida como um ideal de complementariedade de papéis e tarefas entre os gêneros, e pouco se sabe sobre as relações estabelecidas no interior dessas famílias e não é raro imaginar a constituição de uma família harmônica nesses grupos sociais (SILIPRANDI, 2009). Entretanto, as reivindicações e organizações das mulheres rurais e camponesas a cerca da questão de gênero, revelam que os grupos sociais aos quais pertencem não estão livres de reproduzir a opressão e subordinação das mulheres, inclusive determinando papéis e espaços específicos de acordo com o gênero.

A subordinação e conseqüente opressão às mulheres se constitui em todos os níveis da vida pública e privada e acabou por se tornar “regra” na sociedade em que vivemos. Para questionar e transformar essa “regra” emergem alguns movimentos sociais. Os movimentos sociais, de acordo com Melucci (2001), tem a capacidade de produzir novas formas de nomeação da realidade e desmascarar velhas maneiras de agir. Por essa perspectiva, os movimentos sociais teriam potencial de descortinar as diversas formas de

¹ Mestre e estudante de Doutorado em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

² Doutor em Ciências Sociais, Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Extensão Rural da UFSM.

desigualdade que geram a opressão de determinados grupos, como por exemplo, o das mulheres.

Honório (2005) afirma que as mulheres significavam para os movimentos revolucionários uma “ameaça” quando se falava em “questões das mulheres”. Isso porque os movimentos tinham receio de que empenhar esforços nas questões de gênero poderia atrapalhar ou retardar o objetivo geral do movimento. Esse debate é histórico e recorrente nos movimentos revolucionários, onde se objetiva primordialmente a revolução socialista (resolver questões objetivas) para posteriormente e quase que consequentemente, se resolver questões subjetivas, como as questões de gênero. Assim, o enfrentamento da desigualdade de gênero era algo que precisava ser adiado para após o momento em que as questões gerais estivessem resolvidas. Sobre isso, a autora ainda destaca que essa postura dos movimentos sociais que se dizem “anticapitalistas”, demonstra que estes ignoraram que as relações de gênero estão totalmente imbricadas nas estruturas de dominação capitalista, e assim, sem combater as desigualdades de gênero os movimentos sociais tendem a reforçar a estrutura capitalista que desejam combater.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto movimento social que tem como foco central a luta por reforma agrária parte da problemática que envolve a luta de classes, reconhecendo a opressão entre classes. De acordo com Esmeraldo (2013), as ações políticas do MST (como as ocupações de terra) envolvem homens, mulheres, crianças e idosos e apresentam especificidades em relação a outros movimentos sociais com os quais mantém relação. O diferencial do MST com relação às demais organizações políticas (sindicato, partido político, por exemplo), é que o MST envolve toda a família nas suas lutas e manifestações políticas, sem separar a militância política da relação e condição conjugal. Isso, somado ao discurso de libertação econômica, social e política para a família trabalhadora rural faz com que o MST atraia e acolha mulheres fragilizadas pelo sistema econômico e político, submetidas a migrações com o marido e filhos em busca de terra e trabalho e dignidade para a família (ESMERALDO, 2013).

Entretanto, mesmo seguindo essa perspectiva, as questões referentes à opressão de gênero tendem a ser reproduzidas dentro do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esmeraldo (2013) ressalta que a ação política das mulheres sem terra é invisibilizada por sua condição conjugal, por conta da hegemonia de elementos discursivos e ideológicos estruturantes do movimento, fundamentado em uma visão produtiva e economicista da luta de classes, que por sua vez, se ancora centralmente na figura masculina como o provedor da família e como porta-voz do movimento.

A leitura de textos de divulgação e documentos do MST (especialmente o Jornal Sem Terra) mostram que no surgimento do MST o foco central era a luta pela terra, mas com foco na figura masculina como “trabalhador rural sem terra”. A mulher era, nesse caso, apenas um membro da família sem terra, e o homem era o sujeito político, com poder e representatividade no movimento. Ficaria então mantida a histórica divisão sexual do trabalho no campo, e o lugar que as mulheres ocupam na estrutura social da família e da comunidade: o lugar privado, como cuidadora da família, e com baixo ou nenhum poder de influenciar nas decisões políticas e produtivas que dizem respeito à sua identidade e à reprodução social de sua família e grupo social.

É visível a participação das mulheres na linha de frente dos confrontos políticos do MST, como nos atos públicos, nas marchas e acampamentos, onde, em geral, a presença de mulheres e crianças é destacada e valorizada. Entretanto, na organização dos acampamentos e posteriormente dos assentamentos é raro enxergar a participação ativa das mulheres, bem como existem poucas mulheres em posições de liderança nos acampamentos, assentamentos e no próprio movimento (DEERE, 2004). Assim, o engajamento político das mulheres do MST em diversas situações se deu sem um entendimento de que era uma luta específica ou diferenciada (BORDALO, 2011).

A década de 1980, época em que surge o MST, foi marcada pela expansão das lutas por direitos e pela participação das mulheres nos sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos e demais espaços públicos (BORDALO, 2011). Esse processo, de acordo com Bordalo (2011), foi diretamente influenciado pelo movimento feminista da década de 1970, que ampliou as perspectivas e construiu novos percursos para as mulheres urbanas e rurais. Essa emergência dos movimentos populares trouxe um contorno político para as questões de gênero, promovendo a conformação de espaços

institucionais onde às mulheres questionavam as desigualdades de gênero e passavam a requerer maior protagonismo político (BORDALO, 2011). O MST parece ter atentado para a necessidade de construir novas relações de gênero no interior do movimento, após a organização das mulheres militantes no interior desse movimento (Honório, 2005). De acordo com Gonçalves (2009), a própria dinâmica da luta pela terra levou as mulheres a organizar ações que provocaram questionamentos sobre a estrutura de poder expressa na organicidade do movimento.

A luta das mulheres no MST é analisada nesse trabalho com base nas experiências organizativas vividas por estas no processo de fazer-se sujeito político. A noção de experiência apresentada por Thompson se mostra útil para analisar a formação de consciências coletivas e de movimentos sociais, e também pode nos ajudar a entender a formação do sujeito político “mulher rural”. Thompson (1981) destaca que a experiência surge a partir das vivências concretas dos indivíduos, categorias e classes sociais na história, pois homens e mulheres são seres racionais que refletem sobre o que acontecem a eles e ao mundo.

Neste artigo buscamos elucidar qual o papel da mulher na luta pela terra e como o MST aborda e encara as questões de gênero com base nas experiências organizativas vividas pelas mulheres do Movimento. Para tanto, foi realizada análise documental das edições do Jornal Sem Terra, publicadas entre janeiro de 1985 e agosto de 2012³, que totalizaram 278 edições. Analisamos também cartilhas e cadernos de formação do MST que tratam da temática de gênero e feminismo, a fim de entender como a pauta das mulheres aparece nessas publicações. Das 278 edições do Jornal Sem Terra que foram analisadas nessa pesquisa, buscou-se notícias com títulos que incluíam as palavras-chaves “mulheres”, “camponesas”, “agricultoras”, “trabalhadoras rurais”, “gênero” e “feminismo”, dessa seleção chegou-se a um total de 107 edições que apresentaram uma ou mais de uma notícia sobre as mulheres. Essas notícias foram lidas uma a uma e formam a principal base de informações que dispomos no momento para caracterizar as fases da

³ Iniciamos as análises do Jornal Sem Terra a partir do mês/ano de fundação do MST, e a partir daí analisamos cada uma das publicações disponíveis na “hemeroteca luta pela terra”: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=2985>. Acesso em fevereiro de 2017.

experiência organizativa das mulheres no MST. As notícias do Jornal Sem Terra são apresentadas e discutidas de acordo com as fases da experiência organizativa das mulheres e, por fim, faremos algumas considerações sobre as principais pautas tocadas pelas mulheres no MST em cada período.

2. COMO E ONDE ESTÃO AS MULHERES NA LUTA PELA TERRA? FASES DA EXPERIÊNCIA ORGANIZATIVA DAS MULHERES NO MST NAS PÁGINAS DO JORNAL SEM TERRA

A análise das notícias do Jornal Sem Terra, complementada por alguns Cadernos de Formação e Cartilhas, nos permite realizar uma leitura prévia sobre como a questão de gênero foi evoluindo para o conjunto do MST, bem como sobre quais foram as experiências organizativas empreendidas pelas mulheres que compõem esse movimento, identificando também as principais pautas levantadas por elas em determinados períodos. Seguindo o caminho indicado por Thompson (1981), esse percurso metodológico nos ajudará a entender como as experiências organizativas forjaram a mulher sem terra como sujeito político.

Na tentativa de identificar as diferentes experiências (ou fases) organizativas empreendidas pelas mulheres no MST, além das notícias do Jornal Sem Terra, recorreremos aos trabalhos de Gonçalves (2009) e Deere (2004) que auxiliaram na periodização das experiências organizativas. O confronto desses trabalhos com as notícias do JST nos levou à seguinte organização de períodos:

- Fase 1: O Primeiro Congresso Nacional do MST e a Comissão Nacional de Mulheres (1985 a 1989)
- Fase 2: O vazio organizativo das mulheres no MST: 1990 à 1995
- Fase 3: Coletivo Nacional de Mulheres: A retomada de responsabilidade com as questões de gênero no MST (1995 – 1998)
- Fase 4: Criação do Coletivo Nacional de Gênero e a expansão do debate para os homens do MST (1999 – 2002)
- Fase 5: Um salto de importância para o debate: o Setor Nacional de Gênero (2003 – 2012)

É importante ressaltar que a delimitação das fases organizativas, bem como a discussão sobre cada fase foi realizada primordialmente a partir das edições do Jornal Sem Terra, principal material empírico consultado nesta pesquisa e algumas cartilhas que tivemos acesso. Em cada fase tentamos sintetizar as principais pautas discutidas nas diferentes experiências organizativas, o que nos revela a evolução do tratamento dado à questão de gênero pelo MST, e também da organização e mobilização das mulheres que constituem esse movimento.

2.1 O Primeiro Congresso Nacional do MST e a Comissão Nacional de Mulheres (1985 A 1989)

O ano de 1985 é marcado, no MST, como sendo o ano de fundação oficial do Movimento, quando se realizou o Primeiro Congresso Nacional do MST. No ano seguinte ao Primeiro Congresso Nacional, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres que originou a Comissão Nacional de Mulheres, primeira experiência de organização “oficial” das mulheres no MST. Essa comissão, criada em 1986, se desfaz em 1989, como será explicado posteriormente.

A leitura das edições do Jornal Sem Terra publicadas nesse período nos permite uma análise preliminar sobre os temas que foram mais caros para as mulheres do MST nesta fase de sua experiência organizativa. Em um primeiro momento, temos a reivindicação pela participação feminina nas instâncias políticas do Movimento, que inicia com a mobilização das mulheres no Primeiro Congresso Nacional do MST e se mantém perpassando todas as fases organizativas. Vale ressaltar que, parte das mulheres que estiveram presentes nesse primeiro Congresso já tinha certa experiência militante em outras organizações do campo, como sindicatos, Comissão Pastoral da Terra, e CEBs. De acordo com Esmeraldo (2013), após a importante participação das mulheres no 1º Congresso do MST, em 1985, mulheres que já integravam assessorias da Comissão Pastoral da Terra e participaram do Congresso, passam a fazer parte do MST e se responsabilizam pela veiculação da “Página da Mulher” no Jornal Sem Terra.

A primeira publicação dessa página se deu na edição de fevereiro de 1985. Corroborando com o escrito por Esmeraldo (2013), entre as edições do Jornal Sem Terra analisadas nessa pesquisa, a primeira publicação diretamente relacionada às mulheres está na edição de fevereiro de 1985, e relata o empenho e a organização das mulheres no 1º Congresso Nacional dos Sem Terra. De acordo com a notícia intitulada “*Ao lado dos homens, sem medo da luta*”, as mulheres que estavam em número superior a 300, correspondendo à 20% do total de participantes, conseguiram participar dos grupos de trabalho do Congresso e ainda reuniram-se separadamente para discussão dos problemas específicos, assim garantiram lugar na Executiva Nacional do Movimento. O título da notícia chama a atenção pelo fato de destacar que as mulheres estão dispostas a encampar a luta do Movimento, da mesma forma que os homens, isso é demonstrado ainda na notícia quando se fala no documento construído pelas mulheres e aprovado na plenária final para ser anexado ao Documento Final do Congresso. Este documento está baseado em dois eixos, o eixo da participação que orienta a formação de grupos de mulheres e a participação ativa das mulheres nos movimentos para a conquista de espaço político, e o eixo da articulação, voltado para divulgação da luta da mulher sem terra e à exigência da participação e de direitos iguais aos homens na coordenação nacional do movimento. Nesta mesma edição (fevereiro/1985), é apresentada uma entrevista com lideranças femininas que participaram desse Primeiro Congresso. Na entrevista publicada pelo JST, uma das mulheres relata bem a importância da luta por espaço político:

Sem a participação da mulher, o homem pouco avança na luta. Talvez agora, depois desse congresso, as mulheres participem mais ativamente, porque aqui estão quase 400 companheiras de todo Brasil participando dos trabalhos, discutindo e se fazendo ouvir. As mulheres têm condições de fazer as mesmas coisas que o homem. A mulher tem que conquistar o seu espaço. E não apenas ganhar espaço, sem fazer força. Chegamos aqui no congresso e constatamos que não havia nenhuma mulher na mesa. Achamos que era injusto. Discutimos bastante e acabamos com duas mulheres na mesa e na Coordenação Nacional do Movimento. É assim que deve ser feito. Porque nós, mulheres, acreditamos que qualquer vitória no campo, seja conquista de um pedaço de terra, seja a reforma agrária, só será alcançada quando a mulher e o homem estiverem juntos na luta, em igualdade de condições.

Esse discurso reforça a importância das mulheres se mobilizarem para conquistar espaços importantes no Movimento e na luta pela terra, como por

exemplo, conseguir ocupar espaço na mesa do Congresso (que inicialmente era composta só por homens) e na Coordenação Nacional do Movimento, espaços estes que não seriam cedidos, mas que foram conquistados pelas mulheres presentes no Congresso.

A luta das mulheres pela sindicalização é outra pauta importante, pois inclui o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e ainda a luta por direitos sociais e trabalhistas, como acesso à saúde, aposentadoria e licença maternidade. A importância da sindicalização das mulheres foi tratada nas edições Março/maio de 1985, Dezembro de 1985 e Março 1986. De acordo com as notícias era comum que presidentes de sindicatos tentassem impedir ou dificultar a sindicalização das mulheres. Assim, para garantir e exercer esse direito as mulheres se mobilizavam em protestos, caminhadas e ocupações de sindicatos até que conseguissem a sindicalização. Apesar de não haver nenhum impedimento legal para a filiação das mulheres nos sindicatos rurais, era comum as diretorias se colocarem contra e tentar impedir que as mulheres se sindicalizassem (CARNEIRO, 1994). Para tentar sanar esse problema, após muita luta das mulheres, não só do MST, mas também das mulheres que atuavam na Contag, o IV Congresso da Contag em dezembro de 1985, aprovou um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento da mensalidade que não prejudicasse a renda familiar. Conforme apontado por Esmeraldo (2013), as regras instituídas nos documentos e nas práticas sociais são carregadas do senso comum, originados por tradições, valores e comportamentos que legitimam o homem na profissão de trabalhador rural e privam a mulher do acesso à terra, à capacitação e ao reconhecimento do seu trabalho. Infelizmente, segundo a autora, a prática e o discurso político no movimento sindical não contraria o que está posto. Os sindicatos continuam a reproduzir e defender o gênero masculino como representação da categoria profissional de trabalhador rural, criando condições para que o homem acumule capital político e social para se manter como representante legítimo da classe trabalhadora rural (ESMERALDO, 2013).

Dado esse cenário, como assinalado pelos textos do Jornal Sem Terra, é importante que as mulheres não excluam a luta política do espaço sindical, pois é no sindicato que devem buscar o reconhecimento formal de seu ofício,

sendo essa a entidade capaz atribuir uma categorização profissional ao trabalho da mulher rural, possibilitando assim o acesso à direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Com relação a organização específica das mulheres nesse período temos a notícia sobre o Primeiro Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, que foi realizado no final de novembro de 1986, e é relatado na edição de novembro/dezembro de 1986 do JST. De acordo com a notícia, participaram desse encontro 35 lideranças femininas de 16 estados, para trocar experiências e se unir na luta por direitos. A principal discussão foi em torno da participação das mulheres nos sindicatos, movimentos populares e partidos políticos. As lideranças presentes no encontro discutiram que existem problemas específicos das mulheres que os movimentos e sindicatos não assumem por não considerar prioritários, mas ponderaram que as próprias mulheres se acomodam esperando que alguém lute por seus direitos ou as convoque para participar. Diante dessa discussão foi encaminhado um trabalho de conscientização e organização das mulheres no movimento e nos sindicatos, para que as mulheres lutem de igual para igual com os homens nas lutas gerais e também incidindo sobre seus problemas específicos. Ao final do encontro foi tirada uma comissão provisória, para garantir a continuidade da articulação das mulheres trabalhadoras rurais à nível nacional. Essa comissão teria o dever de articular para que as mulheres participem de cursos de formação política e tenham acesso à todas as informações sobre o Movimento Sem Terra e a CUT. Sobre esse contexto, Furlin (2013) assinala que, ainda nos primórdios da trajetória do MST foram as mulheres que, mobilizadas, tomaram a iniciativa discutir os problemas relacionados à sua participação e aos seus direitos no interior do Movimento, assim, além do Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural, do qual participaram mulheres rurais de sindicatos e movimentos sociais, as mulheres do MST organizaram em 1986 o I Encontro Nacional de Mulheres, onde criou-se uma comissão de mulheres para discutir seus problemas e articular no interior do Movimento para que este se sensibilizasse diante das suas reivindicações. Seria essa a primeira experiência organizativa formal das mulheres no interior do MST. De acordo com Deere (2004), a Comissão Nacional de Mulheres pressionou a criação de grupos de mulheres nos assentamentos e acampamentos, e também a criação

de comissões estaduais de mulheres, que deveriam ser apoiadas pelas lideranças do Movimento.

Após a formação da Comissão Nacional de Mulheres, que aconteceu em 1986, as notícias assumem um viés mais formativo com relação ao “papel da mulher”. Iniciando com a publicação de um caderno de formação sobre a mulher nas diferentes sociedades, seguido por uma série de estudos sobre o papel da mulher. Além dos textos formativos, algumas publicações da Comissão Nacional de Mulheres reforçam a importância da participação da mulher na luta pela terra e também nos espaços políticos fora do Movimento, incentivando inclusive a participação das mulheres nas eleições municipais e estaduais. As últimas notícias desse período demonstram que ganha força o discurso de que a organização de mulheres dentro do MST pode dividir o Movimento, ao mesmo tempo em que se justifica a necessidade de criação de movimentos autônomos de mulheres, é justamente esse discurso que baseia a desarticulação da Comissão Nacional de Mulheres levando à sua extinção em 1989.

De acordo com Deere (2004), a partir de 1989, a Comissão Nacional de Mulheres do MST parou de funcionar, principalmente pelo discurso de que a organização de mulheres no MST poderia “dividir a luta” e tirar o foco da prioridade do Movimento, que é a luta pela terra. Diante disso, as mulheres do Movimento foram orientadas a, caso se interessassem em discutir questões de gênero, buscar se organizar em movimentos autônomos de mulheres rurais, como o MNMTR. Assim, a Comissão Nacional de Mulheres, única organização feminina dentro do MST em nível nacional durante esse período, se desfaz.

2.2 O vazio organizativo das mulheres no MST: 1990 à 1995

A extinção da Comissão Nacional de Mulheres, em 1989, não foi seguida de nenhuma outra forma de organização oficial em nível nacional no MST, e a organização das mulheres foi deslocada para movimentos autônomos. Assim, o período de 1990 até 1995 é considerado por nós, nesse estudo como a fase de “vazio organizativo” das mulheres no MST. Pois, ainda que, em alguns casos, as mulheres se mantivessem organizadas, em grupos e coletivos locais ou regionais, essas iniciativas não eram sustentadas nem

apoiadas por uma organização nacional de mulheres no Movimento, visto que essa não mais existia. O que observamos, sobre essa fase de “vazio organizativo” das mulheres no MST, é, inicialmente, a continuidade de temas já tratados na fase anterior, como a importância da participação das mulheres nas eleições municipais e a luta das mulheres por direitos sociais. Além disso, temos nessa fase um texto do MMTR que expressa a necessidade de as mulheres se organizarem em movimentos autônomos, afirmando, inclusive que os movimentos mistos não conseguem cumprir o papel de construção de uma nova sociedade com relação às questões de gênero. Esse discurso, de certa forma, justifica o fato de que o melhor seria as mulheres se organizarem fora do MST.

Um texto do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS consta na edição de maio/junho de 1992 do Jornal Sem Terra. Essa publicação inicia contextualizando a opressão que a mulher sofre e os “falsos valores” que sustentam a dominação masculina sobre a mulher, para então explicar a necessidade da auto organização das mulheres. De acordo com o texto o que o movimento de mulheres objetiva é rediscutir os papéis sociais e as relações de exploração e dominação, e como essas relações se articulam com a organização política, econômica, social e cultura da sociedade. Conforme o texto:

Não nos pretendemos como um movimento que venha dividir nossas forças (daqueles que querem transformações profundas na sociedade – rumo ao socialismo), e sim fortalecer e aprimorar a construção dessa nova sociedade, cumprindo um papel que os outros movimentos não cumprem e no nosso entendimento, nesse momento não conseguiram cumprir. (JORNAL SEM TERRA, maio/junho 1992)

A prática política das mulheres nos movimentos autônomos demonstra uma participação ativa e protagonista das mulheres nas lutas pelos seus direitos. Essa postura afirmativa e propositiva das mulheres rurais não é devidamente reconhecida no interior do MST nas décadas de 1980 e 1990, onde, embora esse movimento se constitua como movimento de homens e mulheres, apresenta na prática uma representação política hegemonicamente masculina, sendo a presença da mulher marcada por uma participação invisível e omitida (ESMERALDO, 2013). Nesse sentido, é importante observar que a

conquista de representação e reconhecimento só é materializada a partir das lutas empreendidas pela auto-organização das mulheres.

As notícias finais desse período chamam atenção pelo fato de se voltarem para discutir sobre a baixa participação das mulheres nos processos de decisão do MST, e as dificuldades que as mulheres enfrentam para conseguir participar. Uma característica importante desse período é a fragmentação e dispersão de temas, além de uma diminuição nas publicações referentes às mulheres nesse período, o que nos leva a inferir que a falta de uma organização formal de mulheres no MST reflete nas edições do Jornal Sem Terra que passa a publicar menos sobre temas referentes às mulheres. Contudo, as notícias fragmentadas mostram que algumas experiências organizativas no nível local e regional continuam sendo alimentadas, contribuindo para a formação de lideranças políticas femininas. Por fim, uma notícia sobre o Congresso do Movimento de Mulheres Agricultoras em 1994, sinaliza que o MST estava atentando para a organização de mulheres, e considerando a importância de alianças com os movimentos autônomos.

2.3 Coletivo Nacional de Mulheres: A retomada de responsabilidade com as questões de gênero no MST (1995 – 1998)

No final de 1995, foi realizado um Encontro Nacional de Mulheres, em São Paulo, um encontro amplo do qual participaram diversas organizações de mulheres rurais com o objetivo de criar a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a ANMTR. Participaram desse encontro várias mulheres líderes do MST, que conseguiram, a partir das discussões de gênero ocorridas nesse encontro, levar esse debate para dentro do MST novamente, e organizar em 1996 o 1º Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, que originou o Coletivo Nacional de Mulheres do MST (DEERE, 2004). Com esse coletivo, a partir de 1996, o MST passa a ter mais uma vez uma organização oficial de mulheres, em nível nacional, o que, de acordo com Derre (2004), significa que o Movimento passa a também assumir responsabilidade com as questões de gênero, não mais deixando essa pauta apenas para os movimentos autônomos de mulheres. Essa fase de retomada do debate de gênero no interior do MST é intensa, marcada principalmente pela discussão sobre o papel da mulher na

luta pela reforma agrária e sobre a importância de combinar questões de classe e gênero para que o MST assumisse de fato uma responsabilidade na construção de novas relações de gênero.

“Sem a luta das mulheres as conquistas ficam pela metade” é esse o título da notícia publicada na edição de novembro de 1995 do Jornal Sem Terra. A notícia relata o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que aconteceu no Instituto Cajamar-SP, em outubro de 1995, onde trabalhadoras de diversas organizações do campo discutiram uma proposta de articulação nacional. Durante os debates desse Encontro foi consenso que gênero e classe se entrelaçam e que a combinação dessas lutas é necessária para a construção de um projeto de sociedade democrático e popular. Essa conclusão contrapõe as práticas de opressão às mulheres que muitas organizações da classe trabalhadora reproduzem, especialmente em deixar as reivindicações das mulheres em segundo plano. As mulheres também reafirmaram seu compromisso com a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no campo, sob o viés da agroecologia.

A edição de julho de 1996 traz uma publicação que explica mais sobre a articulação nacional do movimento de mulheres trabalhadoras rurais. De acordo com a publicação, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi oficializada em outubro de 1995 no Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais de Cajamar-SP. Essa articulação surgiu a partir da importância da luta conjunta e não isolada, e também da necessidade de trabalhar de uma forma diferente com as mulheres dos movimentos sociais do campo, que participavam da luta de forma silenciosa e com pouca participação nas instâncias de decisão dos movimentos.

Após a criação do Coletivo Nacional de Mulheres, as notícias são sobre a intensificação do debate de gênero nos movimentos camponeses, intensificação demonstrada nas diversas notícias com chamadas para encontros de mulheres rurais (nacionais e internacionais) e notícias sobre a criação de organizações regionais de mulheres. Entre as notícias de eventos, encontramos a publicação sobre o II Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1998, que dá mais força para a discussão sobre a importância da organização e pressão interna das mulheres no MST. Os diversos encontros de mulheres realizados nessa fase são exemplo da experiência de estruturação

das mulheres no interior do MST, e de como tem crescido no Movimento o debate sobre gênero.

2.4 Criação do Coletivo Nacional de Gênero e a expansão do debate para os homens do MST (1999 – 2002)

Com a intensificação do debate de gênero no MST, o então Coletivo Nacional de Mulheres, se transforma em Coletivo Nacional de Gênero, no ano de 1999, composto agora por homens e mulheres, a partir de um debate de que as questões de gênero precisam ser discutidas não só entre as mulheres, mas também com os homens que compõem o MST (DEERE, 2004). Essa é outra fase organizativa das mulheres no MST, em que a própria mudança de nome do coletivo, que deixou de ser “de mulheres” para ser “de gênero”, já indica que se almejava ampliar o debate de gênero não o restringindo às mulheres.

Nessa fase organizativa das mulheres no MST, temos uma ênfase, especialmente nas primeiras publicações desse período, na luta das mulheres do MST para que o Movimento entendesse a importância da participação política das mulheres, e sobre a necessidade de que o MST aprofunde o debate de gênero no conjunto do Movimento.

A primeira notícia do Coletivo Nacional de Gênero é intitulada “Mulheres na luta por uma nova sociedade”, em comemoração ao 8 de março, publicada na edição de março de 1999 do Jornal Sem Terra e destaca a luta das mulheres do MST, colocando que depois de 15 anos de muita luta e discussão se avançou no entendimento da importância da participação da mulher no movimento.

Outras notícias desse período são relacionadas à importância da mulher trabalhadora rural nas lutas sociais, mostrando a mobilização não só de mulheres do MST, mas dessas em conjunto com demais mulheres rurais organizadas na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais para garantir direitos sociais e lutar contra transgênicos e agronegócio.

A edição de abril/2000 traz um relato do I Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, organizado pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) que aconteceu entre os dias 13 e 17

de março, em Brasília. Esse acampamento reuniu cerca de 3000 mulheres de todo país, com o objetivo de lutar pela saúde e previdência pública, pelo maior investimento do governo federal na política agrícola e agrária e pela anistia da dívida de pequenos agricultores. As discussões realizadas no acampamento e a mobilização das trabalhadoras as fortaleceu e trouxe mais reconhecimento para a importância da mulher trabalhadora rural nas lutas sociais.

É interessante ressaltar que alguns fatos importantes nesse período não foram retratados pelos documentos analisados, como a entrada oficial do MST na Via Campesina, em 1999, e a formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2003, uma organização nacional de mulheres camponesas também ligadas à Via Campesina. A aproximação do MST com a Via Campesina ao mesmo tempo em que o Movimento se afasta da CUT são fatores que influenciam no debate interno, inclusive com relação às questões de gênero. Também nesse período as mulheres do MST passam a se mobilizar mais em torno da identidade de “Mulher Camponesa” e, com o MST assumindo o tema da Agroecologia, as mulheres também passam assumir o projeto de desenvolvimento agroecológico, intensificando esse debate no próximo período organizativo.

2.5 Um salto de importância para o debate: o Setor Nacional de Gênero (2003 – 2012)

No IV Congresso Nacional do MST, no ano de 2000, foi aprovada a criação do Setor Nacional de Gênero do MST, entretanto, essa estrutura organizativa só passou a operar efetivamente a partir de 2003, com a dissolução do Coletivo Nacional de Gênero, conforme assinalado por Gonçalves (2009). De acordo com essa autora, a partir daí o Setor Nacional de Gênero do MST se constitui como o pilar das diferentes formas de organização de mulheres no MST. Com a instituição do Setor de Gênero, esse debate parece ganhar mais importância e visibilidade para o Movimento como um todo. Essa seria uma nova fase organizativa das mulheres no MST, onde estas teriam mais força e autonomia para estimular a formação e conscientização sobre o tema, fortalecendo as organizações internas de mulheres. Apesar da importância da criação do Setor de Gênero para a organização das mulheres

no MST, o Jornal Sem Terra parece não atentar para isso, e a primeira publicação sobre mulheres, a partir de 2003, é só na edição de Março de 2004.

O que as publicações analisadas nesse período nos mostram é que a organização de mulheres no MST passa a estabelecer uma relação mais estreita com os movimentos feministas, que incluem movimentos urbanos, como por exemplo, a Marcha Mundial de Mulheres. Esse diálogo com movimentos feministas faz com que, comece a aparecer nas publicações sobre as mulheres sem terra, a palavra “feminismo” e adoção da identidade coletiva “camponesa”. Além disso, muitas notícias dessa fase organizativa retratam a mobilização e importância das mulheres do MST na luta pela transformação social, por um novo projeto de sociedade, temas como Agroecologia e biodiversidade ganham força nos debates e ações das mulheres camponesas (destaca-se aí a ação na empresa Aracruz⁴, como símbolo da luta contra as transacionais do campo). A ação das camponesas na Aracruz foi, entre as mobilizações das mulheres, a que mais repercutiu nacionalmente. Essa ação está noticiada no Jornal Sem Terra de março de 2006 e causou repercussão nacional na luta contra o deserto verde e as transacionais da agricultura. Essa notícia demonstra o comentado anteriormente, que com a vinculação do MST à Via Campesina as mulheres do MST passam a assumir mais a identidade de “mulheres camponesas”, concomitante à isso começam a aparecer nas notícias como maior força temas como agroecologia, biodiversidade, luta contra desertos verdes, que são temas articuladores do projeto de agricultura camponesa.

Nesse contexto, reforça-se em notícias que incluem a Marcha Mundial de Mulheres⁵, a necessidade de diálogo entre mulheres do campo e da cidade para que unidas possam ter mais força na luta de classes, isso demonstra também a busca de outras referências para pensar a questão da mulher rural, para além das orientações da Igreja.

⁴ Em uma ação mobilizada pelas mulheres camponesas no dia 8 de março de 2006, 1.800 mulheres da Via Campesina, organizadas, ocuparam o viveiro hortoflorestal da Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro, que fica a cerca de duas horas de Porto Alegre-RS. Na ação, as mulheres destruíram estufas e bandejas de mudas de eucalipto como protesto contra a monocultura, denunciando seus malefícios sociais e ambientais.

⁵ A Marcha Mundial de Mulheres (MMM) surge em 2000 e é uma organização de mulheres urbanas e rurais articuladas com os movimentos sociais, que visa construir uma perspectiva feminista no enfrentamento à pobreza e exploração e na construção de um novo projeto de sociedade.

Uma notícia publicada na edição março de 2004 do Jornal Sem Terra, relata que no dia internacional da mulher as mulheres rurais foram às ruas para reivindicar um projeto popular para o Brasil, a proibição dos alimentos transgênicos, a geração de empregos, implantação da reforma agrária, saúde, moradia e educação e por uma sociedade que seja justa e igualitária para mulheres e homens. Nesta reportagem aparece, pela primeira vez nas publicações do JST, a palavra “feminismo”, mencionada na fala de uma militante da Marcha Mundial de Mulheres: “Queremos desmistificar a palavra feminismo, que não é brigar com os homens e não gostar deles. Feminismo é lutar pela igualdade entre todas as pessoas. Essa igualdade é o elemento estruturados da sociedade que lutamos para construir”. Inferimos que é a partir dessa articulação com mulheres urbanas que o debate direto sobre feminismo vai sendo inserido no MST.

Conforme observado no relato das edições do Jornal Sem Terra, as mobilizações das mulheres camponesas se dão primordialmente contra o agronegócio, o modelo de desenvolvimento imposto, e a favor de alternativas sustentáveis de desenvolvimento da agricultura e da sociedade. Esse fato é também constatado por Aguiar (2016) sobre a ação das mulheres rurais na Marcha das Margaridas. Ao estudar a Marcha das Margaridas, Aguiar (2016) observa que para construir a marcha os movimentos e organizações de mulheres tem se articulado em redes onde interagem diversos atores, grupos e discursos. A finalidade dessa articulação que acaba gerando um movimento heterogêneo e múltiplo é produzir visibilidade e impacto na esfera pública. A Marcha das Margaridas é um exemplo de que as reivindicações relacionadas a temas produtivos e vinculados a um projeto estratégico de desenvolvimento rural se somou às reivindicações históricas das mulheres rurais, como as questões previdenciárias e de direitos sociais. Essas “novas” lutas questionam a ação do agronegócio e reafirma a importância da agricultura familiar, além de questionar o papel da mulher na sociedade (AGUIAR, 2016).

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise das notícias publicadas no Jornal Sem Terra, especialmente àquelas que relatam as ações e mobilizações públicas das mulheres do MST,

nos leva a inferir, concordando com Carneiro (1994) que a participação das mulheres no movimento de trabalhadores não era motivada por sua condição de mulher, mas sim contra a exploração ou expropriação de sua categoria social, ou seja, o que mobilizava as mulheres para a luta era o reconhecimento de pertencer a uma categoria social e política, uma identidade coletiva que incluía homens e mulheres. Nesse sentido, Carneiro (1994) reforça que, anterior à construção das distinções sociais entre gêneros, formou-se a noção de igualdade entre homens e mulheres na luta contra a desigualdade social.

Ao realizar também um trabalho de análise de documentos do MST, Furlin (2013) considera que no MST, a luta pela reforma agrária tem evoluído e ultrapassado cada vez mais a conquista da terra, acrescentando à essa luta questões mais amplas como o compromisso com uma educação de qualidade, a preservação do meio ambiente e conquista da cidadania plena para homens e mulheres. De acordo com a autora, a incorporação dessas lutas implica para o movimento a busca por transformações societárias mais amplas. Conforme Furlin (2013, p. 277):

A incorporação do debate sobre gênero configura o MST como ator social na história brasileira e encarna uma novidade ao se apresentar como protagonista de novos valores, ou seja, do novo homem e da nova mulher, de um novo modelo de produção agrícola, de novas relações com o meio ambiente, bem como de um novo modelo organizativo que amplia a participação dos membros dentro do movimento. Tudo isso marca o compromisso do MST com a transformação social no sentido mais amplo e revela que a sua luta pela reforma agrária vai muito além da luta pela conquista da terra. Esta constatação não implica desconhecer as contradições e os limites desta autopercepção do Movimento como agente de mudança social.

É importante destacar que o processo de incorporação das questões de gênero pelo MST é uma conquista da organização de mulheres, e não uma iniciativa espontânea do Movimento. Furlin (2013) também coloca a influência de fatores externos que pressionaram o MST para que este abrisse espaços de participação para mulheres, esses fatores externos incluem desde os convites para a representação da organização de mulheres assentadas em eventos internacionais, até a exigência das agências financiadoras pela transversalidade de gênero nas ações do MST. O debate acadêmico e a

organização e pressão interna das mulheres são também fatores significativos para a incorporação da perspectiva de gênero pelo MST.

O esforço empreendido nas análises das publicações nos permite fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento e evolução das questões de gênero no interior do MST: 1) As mulheres que iniciaram o processo de organização das mulheres dentro do MST já eram militantes das CEBs, CPT e Centrais Sindicais; 2) Os eventos, encontros e congressos se constituíam como espaços de formação e também de estímulo para a participação das mulheres, daí a importância de incentivar e possibilitar que as mulheres possa se fazer presente nesses eventos; 3) As mulheres inicialmente se mobilizaram por direitos considerados básicos para a cidadania, como o direito à documentação, ao reconhecimento profissional e à direitos trabalhistas e previdenciários; 4) A luta das mulheres do MST não se reduzia às chamadas “questões de mulher”, pelo contrário, as jornadas de luta das mulheres camponesas, realizadas em geral em torno da data do 8 de março, representavam um enfrentamento e uma resistência das mulheres camponesas ao agronegócio e um compromisso com a luta por reforma agrária; 5) São raras as notícias que relacionam a organização das mulheres do MST com a palavra “feminismo”. O termo feminismo só começa a parecer em publicações que falam sobre a articulação das mulheres do campo com as mulheres da cidade, especialmente publicações que envolvem a Marcha Mundial de Mulheres, o que nos leva a crer que não existe uma identificação direta das militantes do MST com o feminismo;

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Revista ***Política & Sociedade***, v. 15. 2016

BORDALO, C.A. **Os caminhos da política:** o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. Revista ***Estudos Sociedade e Agricultura***. Rio de Janeiro. 1994. 2. p.11-22.

DEERE, C.D. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **R. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p. 175- 204, jan.-abr./2004.

ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FURLIN, N. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S.de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-284.

GONÇALVES, R. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais, **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

HONÓRIO, R. G. Lutas sociais e relações de gênero: a participação das mulheres no MST. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.